



## COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO

### PARECER N° 07/2026

**AUTORIA:** PODER EXECUTIVO

**TEMA:** INSTITUI O INCENTIVO FINANCEIRO DO COMPONENTE DE QUALIDADE DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE – APS, REGULAMENTA A APLICAÇÃO DOS RECURSOS TRANSFERIDOS PELO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BANANEIRAS/PB, NOS TERMOS DA PORTARIA GM/MS N° 3.493, DE 10 DE ABRIL DE 2024, DA PORTARIA GM/MS N° 6.907, DE 29 DE ABRIL DE 2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

### I – RELATÓRIO

A Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização reúne-se para emitir parecer ao Projeto de Lei n° 02/2026, apresentado pelo Poder Executivo. O Projeto de Lei que “Institui o Incentivo Financeiro do Componente de Qualidade da Atenção Primária à Saúde – APS, regulamenta a aplicação dos recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Saúde ao Fundo Municipal de Saúde de Bananeiras/PB, nos termos da Portaria GM/MS n° 3.493, de 10 de abril de 2024, da Portaria GM/MS n° 6.907, de 29 de abril de 2025, e dá outras providências”.

O referido Projeto de Lei foi recebido pela Secretaria Legislativa da Casa, que por determinação regimental encaminhou a matéria a Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, para análise.

Após determinação do Vereador Gilson Rosário da Silva, presidente da CEFF, incumbiu-se a relatoria ao Vereador Vital de Moraes Santa Cruz.

Sendo assim, observamos que a constitucionalidade material, bem como, a juridicidade da matéria apresentada, atende às especificidades das normas vigentes.

### II - VOTO DO RELATOR

Compete a esta Comissão, nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Bananeiras, manifestar-se o exame das proposições sujeitas à apreciação da Câmara e de suas comissões que direta ou indiretamente alterem despesas ou receitas e acarretem responsabilidades para o erário municipal.

Diante do exposto, esta Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização entende que ao Projeto de Lei n° 02/2026, encontra-se **regular sob o ponto de**





**vista financeiro, orçamentário e fiscal**, atendendo às normas vigentes e aos princípios da responsabilidade na gestão pública.

Assim, **opina pela APROVAÇÃO** da referida Medida Provisória, nos termos em que foi apresentado pelo Poder Executivo.

Sala das Comissões, 02 de fevereiro de 2026

**Vital de Moraes Santa Cruz**  
Relator

**Gilson Rosário da Silva**  
Presidente

**Elielson da Silva Gomes**  
Membro